



**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
DECÊNIO 2024-2034 (PL 2614/24)**

PROJETO DE LEI nº 2.614, DE 2024

Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034.

EMENDA Nº ____

Art. 1º O Art. 12 do PL nº 2.614/2024 passa a vigorar acrescido do inciso III, nos seguintes termos:

“Art. 12.
.....

III - Relatórios de Gestão Educacional Nacionais, Distritais, Estaduais e Municipais.”

Art. 2º Acrescente-se o Art. 12-A ao PL nº 2.614/2024, nos seguintes termos:

“Art. 12-A Os órgãos centrais da educação na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios deverão publicar, anualmente, até 31 de março, Relatório de Gestão Educacional específico da atuação de cada ente quanto às ações realizadas para:

I - garantir a alfabetização de todas as crianças até o fim do primeiro ano do ensino fundamental;

II - garantir do desenvolvimento da fluência em leitura oral em nível adequado, assegurada a compreensão do texto;

III - implementar avaliações externas, censitárias ou amostrais, para acompanhamento individualizado das aprendizagens de todos os estudantes das escolas sob sua competência;

IV - implementar avaliações internas, isto é, aplicadas pela própria escola, cujo resultado seja monitorado pelo órgão educacional a que se vincule a escola;

V – acompanhar de forma individualizada os estudantes que apresentarem conhecimentos incompatíveis com o nível esperado de aprendizagem, priorizadas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática em todas as etapas da educação básica;

VI - o monitoramento e efetivo acompanhamento da matrícula e da presença de todas as crianças; e





VII - criação de incentivos, inclusive financeiros, à atuação efetiva dos profissionais do magistério visando a aquisição das aprendizagens por parte de seus alunos.

§ 1º Os relatórios previstos no caput deverão incluir, para cada ação, os principais desafios encontrados para o alcance de cada meta pertinente, bem como as soluções aplicadas, e o comparativo entre o orçamento previsto para cada ação e o efetivamente empenhado.

§ 2º O aumento do investimento público ou dos vencimentos de profissionais da educação não será considerado suficiente para concluir pela realização das ações preconizadas no caput, devendo ser demonstrado o nexo causal entre as políticas implementadas e a melhoria esperada da aprendizagem.

§ 3º Em caso de não realização das ações mencionadas no caput ou de não ocorrer a publicação tempestiva do Relatório de Gestão Educacional a que se refere o caput, será responsabilizado o chefe do poder executivo correspondente em função de ato contrário à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, aplicando-se as consequências previstas no art. 51, § 2º, de tal norma, sem prejuízo de outras previstas na legislação vigente.

§ 4º O Tribunal de Contas com jurisdição para examinar as contas do chefe do executivo correspondente avaliará o Relatório de Gestão Educacional correspondente, especialmente com o propósito de identificar se os recursos públicos foram utilizados de modo a:

I – priorizar os níveis educacionais sob responsabilidade do ente federativo correspondente;

II – criar, promover, manter ou aprimorar políticas públicas voltadas a atender escolas, instituições de ensino superior ou os estudantes matriculados nos níveis educacionais que apresentam a maior defasagem em face dos objetivos e metas do PNE do ano correspondente; e

III – criar, promover, manter ou aprimorar políticas públicas destinadas a superar deficiências qualitativas na aprendizagem identificadas nas avaliações de desempenho realizadas para o nível de ensino correspondente.

§ 5º Na eventualidade de o Tribunal de Contas constatar inconsistências na aplicação de recursos públicos face ao preconizado neste dispositivo, deverá instaurar tomada de contas especial visando a apuração das responsabilidades dos agentes públicos envolvidos.

§ 6º É vedada a responsabilização referida neste artigo com fundamento exclusivo em resultados educacionais insatisfatórios, os quais poderão ser considerados como





indício de inação ou omissão apenas quando acompanhados da demonstração do não cumprimento dos deveres previstos no caput e seus incisos ou da não publicação tempestiva do Relatório de Gestão Educacional."

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda propõe tornar obrigatória a publicação anual de Relatórios de Gestão Educacional por todos os entes federativos, detalhando as principais ações adotadas para garantir alfabetização, acompanhamento das aprendizagens e presença escolar, além do monitoramento individualizado dos alunos, sobretudo nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Com essas medidas, amplia-se a transparência e a responsabilidade sobre a gestão educativa, permitindo que toda a sociedade acompanhe mais de perto o esforço de cada esfera de governo para melhorar a aprendizagem e o desempenho dos alunos.

Ao exigir que os relatórios evidenciem desafios, soluções realistas e o nexo entre recursos investidos e resultados efetivos, a proposta evita que o simples aumento de gastos seja confundido com ações efetivas de melhoria na educação. Além disso, a vinculação da não realização dessas ações ou da não publicação dos relatórios a sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) reforça que a boa gestão educacional é uma obrigação legal dos gestores públicos.

Assim, a emenda busca fortalecer o monitoramento, a prestação de contas e a responsabilização dos dirigentes da educação, promovendo uma cultura de resultados e compromisso com o direito à aprendizagem e à alfabetização plena.

Sala das Sessões, de maio de 2025.

Deputado Federal MARANGONI
União/SP

